

1

Introdução

O presente trabalho - E agora, companheiros? Ação sindical dos ferroviários do Rio de Janeiro e a reinvenção da política - é a sistematização dos dados de uma pesquisa¹, iniciada durante o mestrado, que buscou compreender como os sindicatos de trabalhadores urbanos vêm se organizando e se estruturando no processo de recuperação frente à ofensiva neoliberal, empreendida no Brasil desde a década de 1990, bem como examinar a relação entre o sindicalismo e o processo de consolidação de uma sociedade democrática no Brasil.

Em particular, centra-se numa reflexão sobre a ação sindical em um contexto de transformação no mundo do trabalho e de restrição de espaços públicos e ações coletivas. Para tanto, utiliza-se da análise da articulação da ação sindical dos trabalhadores ferroviários do Rio de Janeiro com outros movimentos sociais. Para esse fim, foi realizado um estudo sobre o processo de sucateamento e privatização da Companhia Fluminense de Trens Urbanos – Flumitrens, que teve a maioria dos serviços que prestava concedidos, em 1998, à SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A., com o objetivo de conhecer e problematizar as suas conseqüências para os ferroviários, já que a privatização e o sucateamento dos serviços de transporte ferroviário públicos, no Brasil, demarca uma nova fase para a luta da categoria.

Nesse sentido, foi realizada uma investigação junto ao Sindicato dos Trabalhadores Ferroviários da Zona da Central do Brasil² sobre as alianças estabelecidas entre o movimento sindical dos ferroviários com outros movimentos sociais, visando a verificar se tais ações estão contribuindo para que o conflito seja tratado na dimensão pública, no sentido de reverter os resultados da intensificação da lógica privatista, que vem sendo imposta à classe trabalhadora e, ainda, conhecer os movimentos populares parceiros do sindicato nessa empreitada e as percepções desses agentes a respeito das parcerias praticadas.

¹ STAMPA, I. T. *Questão social e sindicato nos trilhos da privatização*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Departamento de Serviço Social- PUC-Rio, 2000.

² Doravante, denominado simplesmente Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil.

A temática sindical foi eleita com a intenção de buscar um maior amadurecimento teórico-conceitual sobre as mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, problema fundamental para a compreensão da questão social na atualidade e, conseqüentemente, para o entendimento das questões enfrentadas pelo Serviço Social. Nesse sentido, conhecer e refletir sobre as formas de enfrentamento da desvalorização do trabalho e sobre a formulação de novas propostas de participação e valorização do mesmo, pelo sindicato, constituem elementos norteadores para este estudo.

Por essas razões e com o objetivo de investigar a trajetória dos ferroviários do Rio de Janeiro e, em particular, do Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil, foi eleito para análise o período 1995-2005³. Importante lembrar que os ferroviários constituem uma categoria com tradição na luta sindical do país, que vem sendo alvo de investidas de políticas de cunho neoliberal desde a década de 1990. A opção pelo estudo de caso desse sindicato, além das razões já expostas, deve-se ao fato de o mesmo congregar trabalhadores de empresas ferroviárias, as quais estão ligadas ao serviço de transportes de massa, que é um dos graves problemas que o trabalhador urbano enfrenta, no seu cotidiano, devido à falta de políticas públicas eficientes nesse setor. Aliado a este fato, os trabalhadores ferroviários viveram, recentemente, o processo de privatização da Companhia Fluminense de Trens Urbanos – Flumitrens, a principal empregadora da categoria no Rio de Janeiro e, posteriormente à sua extinção, em período recente, assistiram ao fim, em janeiro de 2007, da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima - RFFSA, referência do transporte ferroviário no Brasil.

Uma das propostas deste estudo centra-se no aprofundamento das expressões da questão social na atualidade. Isso requer uma reflexão sobre os fatores determinantes da produção da questão social nestes tempos presentes.

O que há de novo em relação à questão social, no período adotado, para esta análise? Percebe-se uma radicalização das desigualdades sociais, advindas, sobretudo, das mudanças na esfera do trabalho e na esfera da produção. As contradições estão mais visíveis em conseqüência das novas formas de organizar e gerir a força de trabalho. A expressão maior da questão

³ A pesquisa previa a análise do problema desde o início do processo de desestatização dos serviços de transporte ferroviário, no Rio de Janeiro, e o acompanhamento da atuação do sindicato até 2005, buscando situar as questões levantadas na nova configuração da constituição do poder executivo brasileiro. Contudo, estendeu-se até abril de 2007, tendo em vista o processo de despejo sofrido pelo Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil, no final do ano de 2005, que ficou sem espaço físico para a sua sede até meados do ano de 2006.

social, portanto, centra-se na precarização das relações de trabalho e no desemprego, fazendo parte deste quadro o aviltamento das condições de vida e a redução do Estado e, conseqüentemente, dos serviços públicos.

Pode se afirmar que a radicalidade da questão social passa, agora, por nova configuração histórica, oriunda das mudanças na esfera do trabalho e da relação entre Estado e sociedade civil. Esse quadro requer uma atitude permanente de pesquisa, para que se possa elaborar propostas para o enfrentamento da questão social.

Percebe-se que a recomposição do capital, ao mesmo tempo em que determina um conjunto de mudanças na organização da produção e na gestão do trabalho, provoca, também, mudanças nas relações sociais que se estabelecem na sociedade. Dessa forma, é correto afirmar que as demandas postas ao Serviço Social são, igualmente, impactadas por tais mudanças, tendo em vista a particularidade da profissão.

Todavia, é preciso deixar claro que compreendo o universo de trabalho do assistente social como inserido no campo das relações que se estabelecem na sociedade⁴, o que remete, diretamente, à reflexão sobre a questão social decorrente dessas mesmas relações. Visto desta maneira, o objeto de trabalho do assistente social necessita, então, de investigação constante, dado o seu caráter histórico.

Para que se avance nesse entendimento, porém, é requerida uma explicitação do próprio processo de trabalho do assistente social e, conseqüentemente, da radicalização da questão social neste início de século, posto que ela é a “base da fundação do Serviço Social como especialização do trabalho” (Iamamoto, 1998). Situa-se aí a importância da pesquisa para a profissão.

A afirmativa anterior fundamenta-se no fato de que os assistentes sociais, nas suas diversas situações de prática, trabalham cotidianamente com as expressões da questão social, ou como demonstra Iamamoto:

“(...) tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública etc. Questão social que, sendo desigualdade é, também, rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a elas resistem e se opõem” (op. cit.: 23).

⁴Tendo em vista que a particularidade da profissão, como especialização do trabalho coletivo, inscrito na divisão social e técnica do trabalho, está organicamente vinculada às configurações estruturais e conjunturais da questão social e às formas históricas de seu enfrentamento, que são permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado (Iamamoto, 1998).

Fica claro, portanto, que esse processo abarca uma tensão entre a desigualdade (leia-se contradição) e a resistência, e é nesse campo tensionado que trabalha o assistente social. Isso exige uma postura atenta quanto aos novos processos que produzem a questão social, para que o assistente social possa, também, perceber as mediações necessárias à apreensão da questão, assim como para a projeção de formas de enfrentamento da mesma, nas suas mais diversas expressões cotidianas. Há necessidade de desmitificar o tratamento imediatista muitas vezes dispensado às questões que se apresentam para o assistente social.

Com base nessas considerações e, de acordo com o que foi até aqui exposto, podem ser observadas, na atualidade, tanto alterações no mercado de trabalho do assistente social, quanto o surgimento (ou agravamento) de novas questões/problemas, que se apresentam como demandas para o seu exercício profissional, o que vai exigir a “elaboração de proposições teóricas, políticas, éticas e técnicas que se apresentem como respostas qualificadas ao enfrentamento das questões que lhe são postas” (Mota, 1998: 25).

Torna-se necessário refletir como isso condiciona a profissão e redimensiona os processos de trabalho do assistente social. Em outras palavras, pensar o processo de trabalho do assistente social na atualidade requer pensar, também, no caso brasileiro, as conseqüências da reforma do Estado implementada pelos governos Collor, Itamar Franco e FHC e, ainda, em andamento pelo governo Lula, cujas diretrizes indicam a manutenção de políticas adotadas nos governos anteriores. Com isso, mantém-se a tendência de transferir a execução dos serviços sociais para a iniciativa privada.

Isso é muito grave, pois significa transferir para a sociedade civil a realização da execução dos serviços sociais, dos direitos sociais. A sociedade civil passa a ser concebida, então, como o conjunto das organizações que passam a executar tais serviços, desvirtuando o seu verdadeiro sentido. O resultado é a despolitização da esfera pública da sociedade civil, já que o espaço público também vai sendo privatizado. Com isso, a sociedade capitalista passa a ser lida sob a ótica da solidariedade, como se isso fosse possível entre classes sociais distintas, com interesses divergentes.

Contudo, essa nova configuração não traz consigo o renascimento da velha filantropia. A assistência social passa a se configurar, sobretudo, como estratégia de *marketing* para as empresas. Antes, os projetos sociais do Estado eram movidos pelo interesse público (pelos menos em parte). Dentro

desse novo quadro, o que passa a mover os projetos sociais é o interesse privado, pois quem decide os critérios de investimento e o acesso é o interesse privado.

A atuação do assistente social, apesar de limitada pelos fatores aqui descritos, redesenha-se, também, na defesa da esfera pública, de uma cultura pública democrática, da democracia, da cidadania etc., já que é sob a lógica da produtividade e da rentabilidade, e não a dos direitos, que se vive hoje – o que requer ainda mais vigilância por parte desses profissionais. Só a investigação constante sobre essa realidade, em rápida mudança, pode permitir ao assistente social apreender os determinantes das múltiplas expressões da questão social com as quais lida cotidianamente. Dessa forma, ele poderá estruturar o seu processo de trabalho numa direção tal que lhe permita materializar os direitos sociais através da sua ação, bem como propor e participar do planejamento de políticas sociais que, realmente, contemplem as necessidades da população usuária dos serviços sociais. Caso contrário, sua atuação apenas reiterará a desigualdade, através de práticas excludentes e descomprometidas com o interesse da classe trabalhadora.

Para compreender melhor a complexidade do processo sob o qual a questão social vem se redesenhando nos dias atuais, é que tomei como exemplo, para este estudo, o caso da privatização de uma empresa pública prestadora de serviços sociais de transporte de massa, onde a questão público versus privado fica bem evidente. De acordo com a forma como concebo a questão social, fiz, também, a opção por pesquisar como vêm se dando as formas de resistência dos trabalhadores e usuários dos serviços da ferrovia, via sindicato de trabalhadores, em função do papel de destaque do movimento sindical no país, no que diz respeito ao processo de democratização e, sobretudo, pelo fato da atual recomposição do capital se dar no sentido de fragilizar, subjetivamente, as resistências da classe trabalhadora para alcançar a hegemonia para o seu projeto social.

Contudo, quando são vividas mudanças profundas ainda não assimiladas, corre-se o risco de que explicações equivocadas sejam elaboradas. Atualmente, além das mudanças substanciais que se dão no “mundo do trabalho”, observam-se, igualmente, modificações nas análises sobre ele e sobre as expressões políticas que daí se originam ou lhe são direcionadas. É o que indica a literatura especializada.

Por essas razões, torna-se necessário buscar reflexões que possam explicar as ações coletivas dos indivíduos dentro e fora da esfera econômica -

sem, contudo, perder de vista a centralidade do trabalho. Que possam desvendar, também, as condições da política contemporânea. Nesse sentido, Thompson (1989) pode ser considerado uma fonte de inspiração quando propõe uma nova forma de se pensar os fenômenos sociais, valorizando não apenas as relações econômicas, mas, também, trabalhando no campo das mentalidades coletivas. Para ele, a ênfase na democracia está na capacidade inventiva da ação humana coletiva. E a política se encontra tanto no conflito, quanto na inventividade dos conflitantes. Assim, se não se der “fala” aos agentes coletivos, através da criação e ampliação de espaços públicos, onde se definem as propostas coletivas, é impossível pensar a democracia e, portanto, pensar a política. Nesse sentido, a obra “A formação da classe operária inglesa” (Thompson, 1987, 1989 e 2001) é uma história de reelaboração e de invenção dos sentidos, inclusive o do trabalho. Thompson propôs uma outra forma de investigar as experiências dos trabalhadores, trabalhando com a questão da “invenção do mundo comum” e das escolhas de ações, motivadas pela cultura política. A essas escolhas ele denomina consciência de classe, a qual se constrói na luta coletiva. A história do coletivo reinventa-se, então, na medida em que se constrói “uma cultura política a partir da aprendizagem que a experiência legou” (1987: 9-14). Assim, entender um processo histórico é buscar, por meio das evidências históricas, apreender como homens e mulheres agem e pensam dentro de determinadas condições:

“Estamos falando de homens e mulheres, em sua vida material, em suas relações determinadas, em sua experiência dessas relações, e em sua autoconsciência dessa experiência. Por ‘relações determinadas’ indicamos relações estruturadas em termos de classe, dentro de formações sociais particulares” (Thompson, 1981: 111).

Para o autor, entender a experiência na vida de homens e mulheres reais é compreender o diálogo existente entre o ser social e a consciência social. Criticando o determinismo presente nas tendências “vulgares” ou ortodoxas do marxismo, Thompson advoga que é por meio da categoria experiência que se “compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento” (Thompson, op. cit.: 15). É pela experiência que homens e mulheres definem e redefinem suas práticas e pensamentos.

Todavia, como já foi referido, a crise que vem atingindo o mundo do trabalho é de proporções ainda não de todo assimiladas. Conforme afirmam alguns estudiosos⁵, não foram apenas as práticas dos agentes sociais e os projetos políticos a eles relacionados os vitimados pela desestabilização. A teoria social, voltada para a compreensão daquelas práticas e projetos, também não ficou imune. Percebem-se, hoje, claramente, os limites conceituais das formulações explicativas para o entendimento do quadro em curso e a necessidade de se construir elementos analíticos mais adequados. Ainda que, nesse cenário, a incerteza seja a condição mais sustentável, devem ser buscadas reflexões a partir das quais sejam criadas condições para a crítica, onde, em algum ponto, a política possa existir como pensamento e como ação.

Paradoxalmente, como sugere Rancière (1996a), a despolitização parece ser uma das políticas preferenciais da propaganda capitalista nos tempos atuais. Ao contrário, as políticas culturais⁶ advindas dos movimentos sociais buscam, constantemente, desestabilizar as culturas políticas dominantes, com o objetivo de modificar o poder social e não somente de conquistá-lo. Ao explorar a política nos movimentos sociais, ultrapassa-se os limites da política de partidos, abrangendo-se, também, “lutas de poder realizadas em uma ampla gama de espaços culturalmente definidos como privados, sociais, econômicos, culturais e assim por diante” (Rancière, op. cit.: 373). Dá-se, também, a construção e configuração de novos vínculos inter-organizacionais e político-culturais com outros movimentos - como o movimento sindical - vínculos estes que expandem seu alcance cultural e político para muito além dos limites originais, com potencial de ampliação de espaços públicos, ora reduzidos pela aplicação de políticas de corte neoliberal.

Nesse sentido, a idéia de elaborar mais um estudo a ser somado à reflexão acumulada sobre o tema do sindicalismo, no Brasil, resguardadas as devidas proporções entre os autores que possuem contribuições de grande envergadura e àquela a qual me propus elaborar, sustenta-se na

⁵ Refiro-me a Ramalho & Santana (2003).

⁶ Ao contrário da utilização mais comum da expressão “política cultural”, que normalmente designa as ações do Estado ou de instituições com relação à cultura, considerada esta um terreno específico e separado da política, muito frequentemente reduzida à produção e consumo de bens culturais (cinema, teatro etc.), neste trabalho o conceito refere-se à relação entre cultura e política. Relação esta baseada na natureza das políticas culturais postas em prática pelos movimentos sociais, enfatizada pelo laço constitutivo entre cultura e política, redefinindo-se a visão do próprio conceito de política, que traz em si relações de poder. A esse respeito ver Jordan e Weedon *apud* Alvarez, Dagnino e Escobar (2000).

possibilidade de acrescentar a essas reflexões um olhar que permita enfatizar ângulos ainda pouco explorados, como a realidade dos sindicatos brasileiros e sua possível articulação com outros movimentos sociais, no sentido de ampliar sua base de atuação política, na defesa dos direitos do trabalho.

O interesse em realizar uma investigação dessa natureza emergiu nos contatos realizados com o Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil, ainda na pesquisa realizada para a elaboração da dissertação de mestrado, quando buscava compreender, na realidade cotidiana desses trabalhadores e do sindicato, as conseqüências do processo de privatização para os trabalhadores brasileiros. A convivência com esses trabalhadores e a as reflexões suscitadas por aquele estudo motivaram o aprofundamento da pesquisa para uma melhor compreensão das questões apontadas, tais como as estratégias de resistência às tentativas de enfraquecimento do movimento sindical dos ferroviários, dentre elas a articulação com outros sindicatos e movimentos sociais.

Além dessas motivações, outra, de ordem mais teórica, acabou por consolidar meu interesse pelo tema. A alusão, feita anteriormente, sobre a contribuição possível desta pesquisa se sustenta na observação cuidadosa de que parte considerável da literatura sobre o sindicalismo, no Brasil, aborda essencialmente um resgate mais relacionado aos problemas do “chão de fábrica”. Sem deixar de considerar esse recorte como de extrema importância para o estudo do tema, cabe frisar, todavia, que num momento onde a centralidade do mundo do trabalho é posta em xeque por muitos, ao mesmo tempo em que a questão social se evidencia, flagrantemente, e os espaços tradicionais de luta são enfraquecidos, parece que ainda há muito a se examinar sobre a articulação entre sindicato e movimentos sociais.

Além disso, face às mudanças experimentadas no mundo e no Brasil de hoje, quando fica mais evidente a grande contradição entre os avanços tecnológicos e os crescentes bolsões de miséria, ao lado de uma produção cada vez mais socializada e da apropriação cada vez mais restrita das riquezas, considero oportuno que uma investigação sobre uma das expressões da questão social e suas formas de enfrentamento polemize alguns de seus traços caracterizadores, tal como o movimento dos trabalhadores em defesa do trabalho e do emprego e a busca de ampliação de seus espaços de luta.

O estudo foi orientado, sobretudo, pelo entendimento de que as mudanças significativas que se verificam no mundo do trabalho, no Brasil,

tanto como conseqüência de mais de uma década de avanço das investidas de políticas de cunho neoliberal, quanto como em decorrência da modernização e internacionalização de parcelas significativas da economia brasileira, parecem estar direcionando o sindicalismo brasileiro no sentido de repensar suas referências tradicionais. Esse quadro é agravado, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1990, quando o país vivenciou, cotidianamente, a privatização dos principais serviços sociais antes subsidiados pelo Estado. Contudo, os reflexos desse processo continuam a ser sentidos, mesmo depois da eleição e reeleição de um ex-sindicalista para a presidência da república.

Um breve exame sobre o governo Lula, tendo em vista a vinculação histórica do Partido dos Trabalhadores com o movimento sindical é, também, realizado, ainda que no escopo deste trabalho este aspecto não se configure como preponderante para o entendimento da crise e dos rumos que vem tomando o sindicalismo brasileiro atual.

Em oposição, a questão da privatização das ferrovias é central, e implicou no enfraquecimento da estrutura do sindicalismo ferroviário. Contudo, embora o aspecto econômico seja de grande importância, o estudo mostra que não se pode privilegiá-lo em relação ao aspecto político, tão necessário quanto o primeiro para a análise das relações sociais na sociedade capitalista.

Dessa forma, a hipótese central deste trabalho ancora-se numa abordagem que contempla a transferência do lócus dos conflitos laborais para o espaço público, ou seja, para o campo de debates da sociedade civil, na perspectiva de articular questões sociais mais amplas com a luta específica da categoria representada pelo sindicato, possibilidade já apontada por Ramalho e Santana (1999: 12).

Essa hipótese baseia-se em pressupostos como o da possibilidade de perda de referências coletivas, ocasionada pela intensificação de medidas de caráter privatista adotadas pelo capital em sua recomposição, razão pela qual a constituição de espaços públicos e a adoção de novas formas de gestão públicas, abertas à participação, são de vital importância.

Por esse motivo, observa-se um deslocamento do espaço da luta sindical, o qual não se restringe mais aos locais de trabalho, partindo para a disputa ideológica pela hegemonia no espaço público. Ou seja, mesmo para o movimento sindical, a questão social não pode ser tratada apenas no âmbito das relações de trabalho. Para análise e compreensão desse quadro, as

idéias de Gramsci e outros autores como Coutinho (1989), Telles (1994) e Dagnino (1994, 2002 e 2003), que discutem sobre o papel do Estado e a sociedade civil, bem como a relação entre ambos, é de fundamental importância.

Esse deslocamento do locus do conflito entre capital e trabalho traz embutido uma outra hipótese, que se refere ao aspecto político da reestruturação capitalista, ou seja, além da precarização das condições materiais no trabalho, as ameaças constantes de desemprego, a discriminação sofrida entre os diversos estatutos dos trabalhadores e a individualização nas relações de trabalho, o que leva ao enfraquecimento da subjetividade do trabalhador e altera a dinâmica da sociabilidade do trabalho, modificando-a no seu sentido objetivo e subjetivo. Nesse sentido é que discuto a possibilidade do movimento sindical ser capaz de reinventar a política. Daí decorre um aspecto fundamental para o encaminhamento da pesquisa: verificar se o sindicato está refém das políticas de corte neoliberal, ou se segue tentando a reversão da lógica privatista que vem sendo imposta aos trabalhadores. Consequentemente, entender se a ação do sindicato contribui para manter, aumentar ou combater as desigualdades sociais, é uma questão que permeia a investigação.

Outra questão presente nesta reflexão é que, não obstante as tentativas de esvaziamento político, decorrentes das políticas implementadas pelo ideário neoliberal, a luta de classes permanece como elemento central na relação capital versus trabalho, tornando o trabalho um elemento central para a discussão. Dessa forma, a “crise do trabalho” é, na verdade, a crise dos trabalhadores na condição de sujeito coletivo.

Portanto, a compreensão dos aspectos mais presentes no processo de recomposição capitalista, ocorrido no Brasil recente, como a privatização de empresas e serviços públicos e as estratégias de gestão do trabalho adotadas, bem como as estratégias de resistência e enfrentamento destas questões pelos ferroviários, foram elementos fundamentais para o encaminhamento do estudo realizado.

Para a condução da pesquisa, que se deu no sentido de analisar, a partir de um prisma sociológico, um fenômeno que é rico em determinações, sejam elas econômicas, políticas ou mesmo ideológicas, minha atenção esteve voltada para a compreensão dos processos econômicos e políticos que têm marcado a reestruturação produtiva, neste caso, principalmente o processo de privatização e as novas formas de gestão adotadas, e suas

vinculações com o movimento sindical, a partir de meados da década de 1990, no Brasil, como totalidades que se articulam, ou melhor, que se determinam mutuamente, com graus de complexidade variados.

O processo de investigação não se pautou em etapas estanques, face ao constante processo de aproximação com a realidade estudada, sendo que os procedimentos de coleta e análise dos dados foram sendo revistos e modificados, de acordo com as necessidades que se apresentavam.

Assim, realizei uma revisão da literatura sobre o tema, com o objetivo de aprofundar o esforço já iniciado com a dissertação de mestrado e o projeto de pesquisa do doutorado, quanto à aproximação com o objeto de estudo e à formação do quadro teórico norteador da pesquisa. Nessa fase, busquei a consolidação das aproximações iniciais com as categorias de análise, como a de hegemonia, de estado ampliado, de sociedade civil, de sociedade política e de classes sociais, além da de cidadania. Essa atividade compreendeu a leitura das principais obras de Gramsci (1984, 1984a, 1991 e 2000), cujas categorias são ampliadas em relação à tradição marxista, embora dela não se afastem. Contudo, outras noções e conceitos, tais como ação coletiva, ação sindical, democracia, movimentos sociais, espaço público, solidariedade, política cultural, participação, entre outros, foram utilizados.

Dessa forma, foram analisadas publicações de autores que tomaram como objeto de preocupação o processo de reestruturação produtiva, a questão dos movimentos sociais e a situação do sindicalismo no Brasil, com ênfase para as mais recentes e, em particular, para as que tinham como objeto de estudo os ferroviários.

Concomitante a essa etapa, e em prosseguimento ao trabalho de investigação, dei continuidade ao levantamento do material empírico. Esse momento compreendeu a consulta e reunião de documentos necessários ao esclarecimento do processo de privatização praticado no país, e sobre a concessão dos serviços ferroviários prestados pela Flumitrens à iniciativa privada.

Além disso, foram também consultados documentos que continham algum tipo de registro sobre as ações de sindicatos, em particular do Sindicato dos Ferroviários de Central do Brasil e movimentos sociais afins, quando foram analisados registros de assembleias e reuniões de diretoria do sindicato, assim como outros documentos referentes à sua atuação, como cópias de processos, ofícios, pareceres, jornais do órgão, atas de reuniões com a diretoria da Flumitrens e contatos com a SuperVia. Foram

pesquisadas, ainda, leis, contratos, pareceres, processos e relatórios do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, além de jornais, revistas, volantes e imagens em movimento.

De acordo com os objetivos desta pesquisa, circunscritos no conhecimento de um fenômeno que vem passando por rápidas e profundas transformações, adotei um enfoque qualitativo de investigação. Para tanto, utilizei uma combinação de técnicas como a observação participante, anotações em diário de campo e entrevistas semi-estruturadas. Os dois primeiros procedimentos permitiram-me conhecer e sistematizar a organização do Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil e dos movimentos com os quais este procura se articular, destacando-se as suas estratégias de ação, que abarcam desde as articulações empreendidas para a mobilização dos ferroviários até a forma de convivência com os referidos movimentos.

Já as entrevistas semi-estruturadas possibilitaram o conhecimento da trajetória do sindicato e dos seus integrantes, os motivos que os levaram a aderir à proposta de articulação com outros movimentos em cena, bem como suas impressões sobre a questão. Nesse sentido, foram realizadas 47 entrevistas junto aos membros do sindicato, com cargos de direção ou não, a ferroviários em atividade e a aposentados, sindicalizados ou não sindicalizados, a usuários dos trens, a moradores de bairros e comunidades do entorno da ferrovia, assim como a membros e representantes de movimentos sociais com os quais o sindicato estabelece algum tipo de parceria, tudo de modo a prover o grupo de heterogeneidade.

A entrevista semi-estruturada foi utilizada por consistir numa conversação informal, alimentada por perguntas abertas, proporcionando uma maior liberdade ao informante e, sempre que possível, foram gravadas.

Em relação à observação participante, acompanhei algumas reuniões dos grupos analisados, sempre que autorizada. Sobre a observação participante - é importante salientar - existe certa polêmica em torno de sua definição. A concepção antropológica concebe o contato irrestrito do pesquisador no ambiente natural de pesquisa, sendo este considerado mais um elemento do grupo. Por outro lado, também configura observação participante o envolvimento com grupos ou comunidades, no qual predomina uma diferença discernível entre seus comportamentos e os do pesquisador. Nesse caso, optei por estabelecer uma relação de proximidade comedida com os integrantes do sindicato e dos movimentos, através de encontros

sistemáticos decorridos durante a investigação, tomando o cuidado de não perder minhas intenções iniciais, mantendo um registro de anotações, no qual constava motivo da reunião, “disposição de ânimos”, metodologia, posicionamento dos participantes, conflitos etc.

O material pesquisado foi analisado de acordo com a temática proposta, isto é, os obstáculos e problemas enfrentados pela ação do sindicato e das respostas construídas pelo mesmo em torno do viés da articulação com outros movimentos sociais, tendo como perspectiva as reflexões sobre os limites e possibilidades da ação sindical para a reinvenção da política.

O resultado da pesquisa, que apresento nos próximos segmentos, foi distribuído em seis capítulos, embora os mesmos não contenham a ordem do estudo realizado, e sim a sistematização da reflexão e dos dados coletados.

No primeiro capítulo, “Os desafios do mundo do trabalho e os sindicatos como instância de representação dos trabalhadores”, encontra-se uma reflexão sobre as transformações no mundo do trabalho e suas conseqüências para os trabalhadores e para os sindicatos. A reflexão pautou-se na recuperação do trabalho como categoria chave da compreensão da história.

No capítulo segundo, “O modelo de privatização brasileiro”, apresenta-se um panorama do modelo de privatização adotado no Brasil, notadamente na década de 1990, e constata-se a criação de uma cultura anti-Estado, com o objetivo de promover a requisição, por parte do capital, em seu processo de recomposição, dos fundos destinados ao financiamento de serviços sociais públicos.

O terceiro capítulo, “Uma rede sucateada a caminho da privatização”, aborda, especificamente, o sucateamento dos serviços públicos de transporte ferroviário, no Brasil, e o polêmico processo de privatização que se seguiu, entendido como marco de uma nova fase para a luta dos sindicatos da categoria, em especial do Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil, em face de uma difícil realidade que atinge não somente os trabalhadores ferroviários, mas todos aqueles que, de alguma forma, dependem da ferrovia para a sua sobrevivência.

No quarto capítulo, “Novas características do trabalho e os ferroviários do Rio de Janeiro”, ganha destaque a problematização das conseqüências, para os ferroviários do Rio de Janeiro, da privatização das ferrovias, elemento fundamental para a compreensão das formas de resistência dos

trabalhadores, notadamente nas articulações estabelecidas pelo sindicato com outros movimentos sociais. Evidencia-se, ainda, no contexto da recomposição do capital, que os novos métodos de gestão adotados constituem uma tentativa do capital de obscurecer qualquer possibilidade de contraposição ou antagonismo à sua lógica.

No quinto capítulo, “Os ferroviários do Rio de Janeiro e a reinvenção da política – sobre a construção de espaços públicos”, investiga-se a transferência do lócus dos conflitos laborais para o espaço público, na perspectiva de articulação de questões sociais mais amplas com a luta específica dos ferroviários, representados, neste caso, pelo Sindicato dos Ferroviários da Central do Brasil, na busca de romper o isolamento, imposto tanto pelo capital como por práticas sindicais que não contemplam as transformações ocorridas na década de 1990.

O sexto capítulo, “O sindicalismo diante dos impasses do governo Lula”, busca, por fim, a partir da constatação de que o movimento sindical ferroviário está em busca de alternativas de atuação efetiva, destacando-se a articulação com outros movimentos sociais, uma compreensão geral das razões que ocasionaram as mudanças de estratégia do sindicato, no sentido de repensar suas referências tradicionais, analisando-se, para tanto, a relação dos sindicatos com o governo do ex-sindicalista Lula.